

Através de outra Comissão, Especial para Avaliação da Proposta, seus membros tiveram oportunidade de conhecer toda estrutura física, notas fiscais, equipamentos, fichas de funcionários e informações outras que julgou pertinente e, ao final, através de Relatório, julgou apta proposta desta recorrente.

Vale registrar, Doutos Julgadores, que essa comissão especial foi composta de membros especialistas em alimentação, quais sejam: Engenheiros de Alimentos e Nutricionistas.

Isto é, a Comissão Especial para Avaliação da Proposta foi composta, sobretudo, de técnicos especializados, o que implica em maior imparcialidade e, ainda, adoção de critérios objetivos.

Portanto, através de critérios objetivos e segundo preceito legal, a Comissão, via diligência, atestou a capacidade da recorrente em ofertar o item Prato Feito no valor final ofertado, *isso porque concluíram que não foi encontrado qualquer elemento que impedisse ou justificasse a não contratação – nos termos do Relatório.*

A par disso, o Douto Magnífico Reitor em Exercício da UFVJM proferiu decisão optando pela revogação do certame, por inteiro, aos seguintes argumentos ora transcritos:

Diante da ocorrência desses fatos supervenientes, a Administração perdeu a confiança nos termos desta contratação e o consequente interesse no prosseguimento deste processo licitatório. Neste caso, a revogação prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.

Ainda, consta na decisão:

É obrigação desta Gestão, através da presente contratação, prestar um serviço de alimentação (prato feito) de qualidade e a um preço justo à Comunidade Acadêmica da UFVJM, composta em sua maioria por alunos carentes de uma das regiões mais pobres do Brasil, obrigação esta que se evidencia comprometida quanto à qualidade em relação às duas primeiras propostas e quanto ao preço justo em relação à terceira colocada.

O dispositivo da decisão menciona o Princípio da Economicidade, Superveniência do Interesse Público, o direito subjetivo da Comunidade Acadêmica em usufruir de uma alimentação (prato feito) de qualidade e a preço justo e, por tais razões, revogou todo o certame.

Considerando o procedimento adequado, com a máxima vênia e sem demérito, entendemos